

CURSO DE FORMAÇÃO

O DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR NA ERA DIGITAL

DIRETORES, SUBDIRETORES E LIDERANÇAS INTERMÉDIAS
DAS REGIÕES NORTE, CENTRO E ALENTEJO

APRESENTAÇÃO

Sendo a transição digital um vetor estratégico no espaço da União Europeia, e tendo essa realidade impacto naquilo que são as práticas e procedimentos no contexto escolar, seja no plano dos recursos humanos ou da aquisição de bens e serviços, assomam-se novos desafios aos órgãos e serviços de administração e gestão escolar.

Neste sentido, esta ação tem como fito dotar os formandos dos quadros normativos em matéria de desmaterialização do procedimento administrativo, contratação de pessoas, bens e serviços, colocando o enfoque na realidade da Escola e nos atos dos seus órgãos e agentes.

OBJETIVOS

- Identificar o regime jurídico da administração e gestão escolar e as competências dos respetivos órgãos;
- Reconhecer e compreender as regras da administração eletrónica e do procedimento administrativo desmaterializado.
- Análise do Código do Procedimento Administrativo, Código dos Contratos Públicos e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
- Reconhecer e compreender os requisitos formais e materiais das peças do procedimento em matéria de contratação de bens e serviços: Programa/Convite e Caderno de Encargos.

CALENDARIZAÇÃO

JUNHO

11	10H - 17H	6 horas
18	10H - 17H	6 horas

JULHO

4	10H - 18H	7 horas
11	10H - 17H	6 horas

FORMADOR

Vasco Cavaleiro

Registo de Acreditação
CCPFC/ACC-132984/24

CONTEÚDOS

1. O regime jurídico da administração e gestão escolar – 3 h
 - 1.1. Autonomia administrativa
 - 1.2. Competências dos órgãos de administração e gestão escolar
2. A Administração eletrónica – 3 h
 - 2.1. Os princípios administrativos na administração eletrónica
 - 2.2. O procedimento administrativo eletrónico
3. A Escola na Administração Pública e o procedimento administrativo – 6 h
 - 3.1. A Administração Pública e
 - 3.2. Os órgãos da Administração Pública
 - 3.3. O procedimento Administrativo – princípios gerais e tramitação
 - 3.4. Atividade Administrativa
4. Relações laborais na Escola – 6 h
 - 4.1. Enquadramento da LTFP e do ECD no regime laboral dos trabalhadores da administração pública
 - 4.2. Recrutamento e seleção
 - 4.3. O Contrato de Trabalho
 - 4.4. O poder disciplinar
 - 4.5. Avaliação de desempenho
5. Contratação Pública na Escola – 7 h
 - 5.1. Âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos
 - 5.2. A formação contratual
 - 5.3. A execução e gestão contratual

INSCRIÇÕES

Até ao dia **29 de maio** de 2025

Nota: Serão aceites 15 inscrições efetivas e 15 suplentes de acordo com o regulamento do CCPFC.

A seleção dos participantes será efetuada por ordem de inscrição.

Nº total de horas de contacto on-line: 25h [em regime a distância, de forma síncrona/assíncrona e via plataforma Webex]

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 8.º do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores (RJFCP) esta ação releva para efeitos de progressão na carreira de Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Para efeitos de aplicação do artigo 9.º do RJFCP (dimensão científica e pedagógica), a ação não releva para a progressão em carreira.

AValiação

A avaliação dos formandos docentes é contínua, participada por todos os intervenientes. Os critérios de avaliação a utilizar são: assiduidade; qualidade da participação no contexto dos objetivos / efeitos a produzir; e qualidade do trabalho individual. Para cada critério de avaliação é definida uma escala qualitativa de 5 níveis e uma escala quantitativa, em percentagem, afeta a esses níveis.